

Relatório de Atividades e Contas

2017



Arraiolos, Agosto de 2018

Índice

NOTA DE ABERTURA	3
MONTE	4
1. ANIMAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO	6
1.1. APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE MICRO PROJETOS DLBC RURAL/ABORDAGEM LEADER e ACÇÕES DE ESTÍMULO AO EMPREGO	7
1.2. REDES PARA O DESENVOLVIMENTO	11
1.3. INOVAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	13
1.4. CAPACITAÇÃO E COMUNICAÇÃO	15
2. COOPERAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	18
2.1. COOPERAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	19
2.1.1. GUINÉ-BISSAU	19
2.1.2. CABO VERDE	22
2.1.3. PORTUGAL	23
3. ORGANIZAÇÃO INTERNA	26
3.1. ORGANIZAÇÃO INTERNA	27
27	
3.1.1. GESTÃO PELA QUALIDADE	27
3.1.2. PLANO ESTRATÉGICO	27
3.1.3. RESPONSABILIDADE SOCIAL	27
3.1.4. CANDIDATURAS REALIZADAS	28
4. BALANÇO SOCIAL	29
5. RELATÓRIO E CONTAS 2017	32

NOTA DE ABERTURA

O ano de 2017 tem como principal características as dificuldades que já se tinham vindo a acentuar nos anos anteriores relacionadas com a diminuição de financiamento, tendo sido esta situação ainda mais acentuada com a saída de vários elementos da equipa técnica da organização.

Regista-se no entanto neste ano um aumento das atividades em curso pelo Monte, nomeadamente no que diz respeito ao nº de candidaturas recebidas e em acompanhamento pela equipa, no âmbito das medidas de concurso abertas no contexto do instrumento financeiro do DLBC/Abordagem LEADER em realização no Alentejo Central. Também a participação em reuniões e sessões de trabalho com outros parceiros e agentes da região representaram um acréscimo juntamente com o acompanhamento necessário ao encerramento das duas iniciativas na área dos projetos de cooperação para o desenvolvimento, na Guiné-Bissau.

Apesar das dificuldades sentidas a equipa conseguiu dar resposta aos desafios e compromissos assumidos tendo inclusive apresentado novas propostas de intervenção ao longo do ano.

O presente Relatório de Atividades espelha o trabalho realizado pelo Monte, estruturado pelos seus eixos de intervenção, bem como o balanço social da organização e a análise do resultado financeiro para o ano de 2017.

MONTE

MISSÃO: incentivar o desenvolvimento económico e social sustentável das regiões rurais e promover os processos de governança local.

VISÃO: corresponde a uma ação da organização que visa contribuir para melhorar a qualidade de vida, das comunidades rurais e reforçar a articulação entre os agentes e organizações na consolidação de um compromisso para o desenvolvimento sustentável; na ação deve estimular respostas e soluções locais que concorram para o crescimento e bem-estar, através de processos participativos.

VALORES: respeito pelos direitos humanos universais; pelos valores da igualdade de oportunidades e não discriminação económica e social; pela defesa da subsidiariedade alicerçada na participação de todos os cidadãos nos processos de desenvolvimento; pela independência, transparência e responsabilidade na sua intervenção.

COMPETÊNCIAS:

- Desde 1997 o Monte tem renovado a sua **acreditação para a gestão da Iniciativa Comunitária LEADER**, atualmente designada como **Desenvolvimento Local de Base Comunitária/DLBC - Abordagem LEADER** na região do Alentejo Central;
- O Monte é uma **Organização Não Governamental para o Desenvolvimento**, reconhecida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, desde 2002;
- O Monte possui Estatuto de utilidade pública;
- Em 2011 foi reconhecida como **Entidade Certificada para a prestação de apoio técnico** no âmbito do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (IEFP);
- Desde 2013 é **Entidade Formadora Certificada pela Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT)**, nas seguintes áreas: 149- Formação de professores/formadores e ciências da educação
- 345 – Gestão e Administração; 482 – Informática na óptica do utilizador; 812 – Turismo e Lazer
- Desde 2013 é credenciada pelo IEFP como prestadora de apoio técnico aos programas **SouMais (Microcrédito)** e **CoopJovem**.
- Em 2013 é reconhecida como **entidade GeOp**, autorizada pelo Ministério da Agricultura e do Mar para a gestão da Bolsa de Terras na região Alentejo Central.

- Em 2015 o Monte tornou-se **Entidade acreditada para a prestação de serviços no âmbito dos projetos simplificados**, Vales 2020, sendo reconhecida competência própria para a prestação de serviços de consultoria na área de Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização.

Corpos Sociais em 2017:

Presidente do Conselho de Administração: Presidente da Trilho – Associação de Desenvolvimento Rural;

Vice-Presidente do Conselho de Administração: Presidente da ADMC – Associação de Desenvolvimento Montes Claros;

1º Vogal do Conselho de Administração: Porta do Alentejo, ADL

2º Vogal do Conselho de Administração: ADIM – Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz

3º Vogal do Conselho de Administração: Alinde – Associação de Desenvolvimento Local

Sede Social: Rua Joaquim Basílio Lopes, nº1 7040-066 Arraiolos - Portugal

Contactos:

Tel. +351.266.490090

Fax. +351.266.419276

e-mail: monte@monte-ace.pt

website: www.monte-ace.pt

Facebook: <https://www.facebook.com/monteace/>

1. ANIMAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

1.1. APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE MICRO PROJETOS DLBC RURAL/ABORDAGEM LEADER e ACÇÕES DE ESTÍMULO AO EMPREGO

A dinâmica de execução da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) teve início anteriormente e no que diz respeito à abertura de avisos para lançamento dos primeiros avisos aos apoios previstos, os mesmos ocorreram ainda em 2016 imediatamente após a publicação da Portaria n.º 152/2016 de 25 de maio e respetivas orientações técnicas específicas e normas de análise.

Contudo foi durante o exercício de 2017 que a dinamização da EDL ganha expressão sobretudo em termos de aprovação e contratação de operações, em resultado da abertura de avisos em 2016 e 2017. A esta dinâmica não foi alheio o desenvolvimento de várias ações de divulgação da EDL e do maior conhecimento do programa por parte dos potenciais beneficiários; concorreu também para melhorar a execução da EDL as alterações introduzidas pela Portaria n.º 238/2017 de 28 de junho, com o ajustamento na definição de pequeno agricultor e beneficiários à medida 10.211 Pequenos investimentos nas explorações agrícolas, mais ajustado ao tipo de agricultor do território de intervenção do GAL Alentejo Central.

Para além destes aspetos de ordem mais técnica, também a alteração da conjuntura sócio económica do país concorreu para melhorar a implementação da EDL, já que a mesma foi acompanhada pelo relançamento do investimento privado e do crescimento económico.

No exercício de 2017 foram abertos 5 Avisos às medidas da Ação 10.2 do PDR2020, encontrando-se a decorrer ainda um aviso aberto no final de 2016 à Medida 10.216 Renovação das Aldeias.

A medida relacionada com a promoção de produtos de qualidade locais foi a única para a qual foram lançados 2 avisos, em virtude de não ter existido procura por parte da tipologia de beneficiários da mesma, conforme se apresenta no ponto 2.3.5 deste relatório.

O montante da despesa pública colocada nos avisos abertos em 2017, representa 43,35% do orçamento da EDL, o que traduz uma preocupação do OG do GAL Alentejo Central em dinamizar transversalmente as medidas da EDL.

Durante o exercício em análise, foram apresentadas 47 candidaturas e analisadas 72; esta situação ocorre pelo facto de o processo de análise incluir candidaturas que tinham sido apresentadas em 2016, situação que também se aplica ao número de projetos aprovados e contratados que em 2017 se cifra em 59 e 57, respetivamente. O número de candidaturas desistidas não tem qualquer significado de maior, já que

derivam sobretudo de duplicação de candidaturas. O processo de decisão, não gerou projetos aprovados sem dotação, e conduziu à decisão favorável de 59 candidaturas e não favorável de 26 projetos. A não aprovação de projetos está maioritariamente associada a condições de elegibilidade, já que a taxa de maior reprovação diz respeito às medidas 10.2.1.2 e 10.2.1.3 que registam percentagens de 46% e de 82%, respetivamente.

Em termos acumulados a análise difere sobretudo no número de candidaturas apresentadas, desistidas e em análise que passa a ser de 132, 7 e 114, respetivamente. Relativamente às candidaturas desistidas o número cresce em função de o mesmo incluir projetos aprovados mas que desistiram, ou seja, candidaturas que entraram em processo de análise, contratação e até de execução.

Durante o exercício de 2017 foi feito um trabalho intenso no sentido de articulação da implementação da Medida Leader com a gestão das medidas do PO Alentejo 2020. Assim a ETL foi chamada a implementar o Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Emprego criado pela Portaria n.º 105/2017 de 10 de março, correspondente este à mobilização de parte dos fundos FEDER e FSE consagrados no orçamento da EDL.

Em 2017 foi lançado o Aviso ALT20-M8-2017-20 com um montante de despesa pública de 2.407 mil euros o qual decorreu até 14 de dezembro de 2017. O GAL recebeu 124 candidaturas (FEDER + FSE) das quais 27 eram mono fundo (FEDER). Em termos globais as candidaturas apresentadas apresentavam um investimento elegível na ordem dos 8,7 milhões de euros. Para este investimento estima-se a mobilização de uma despesa pública de 3,5 milhões e 1,1 milhões de FEDER e FSE, respetivamente, verificando-se assim que a procura é superior às dotações a concurso.

No final de 2017, estavam aprovados 16 projetos, 10 dos quais com a mobilização dos 2 fundos estruturais, com um investimento na ordem dos 1,1 euros e que traduzem a criação de 26,5 novos postos de trabalho; verifica-se assim um investimento médio na ordem dos 67.713 euros e um apoio médio para a criação de postos de trabalhos de cerca de 7.836 euros.

À semelhança do ano anterior procurou-se reforçar as competências da equipa técnica com a participação em ações de formação. Assim em 2017 houve a participação da equipa técnica do GAL nas seguintes ações:

- 27/03/17 Reunião com a AG Alentejo2020
- 18/04/17 Sessão de trabalho técnico com a AG Alentejo2020
- 24/04/17 Termo aceitação e PP - IFAP
- 17/05/17 1º workshop sobre Controlo e Qualidade AGPDR2020
- 07/07/17 SI2E - Reunião Técnica - CCDR

- 10/07/17 Sessão de esclarecimento SIFSE - AG PO Alentejo2020 + ADC
- 13 e 14-07-2017 Ações de esclarecimento IFAP / AG PDR2020
- 06/12/17 Reunião com a AG Alentejo2020

Para além destas, a capacitação da equipa foi ainda reforçada pela participação em seminários, workshops, colóquios entre outros, conforme se passa a identificar:

- 24/01/17 Sessão sobre Centros de Acolhimento turístico e interpretativos de Évora e Alentejo Central
- 14/03/17 Lançamento Nacional S2E
- 27/03/17 Reunião com a AG Alentejo2020
- 03 e 04-04-2017 Sessão de trabalho LEADER/DLBC - Monchique
- 06/04/17 Oficina de sensibilização aos circuitos curtos agroalimentares – Herdade do Freixo do Meio
- 18/04/17 Sessão de trabalho técnico com a AG Alentejo2020
- 19/04/17 Reunião Unidade de Missão para Valorização do Interior
- 24/04/17 Termo aceitação e PP
- 17/05/17 1º workshop sobre Controlo e Qualidade AGPDR2020
- 07/07/17 Fórum GOVINT Alentejo
- 24 e 25-10-2017 Sessão de trabalho LEADER/DLBC - Pedrógão Grande
- Sessão Contratação Pública - IMPIC
- 19 e 20-12-2017 Sessão de trabalho LEADER/DLBC - Bragança

No que respeita à implementação da estratégia de comunicação e informação definida para a implementação da EDL foram várias a iniciativas dinamizadas.

No e-mail criado exclusivamente para responder às dúvidas dos potenciais beneficiários ao DLBC (dlbc rural@monte-ace.pt), foram registados as seguintes ações:

Comunicação Interna	2017	Acumulado
Informação divulgada		
- Nº mail recebidos e tratados	294	539
- Nº atendimentos realizados e registados	34	69

Fonte: Elaboração Própria

Estima-se que durante o ano em análise tenham sido prestadas por mail mais de 300 informações no endereço acima referido. Para além das informações prestadas por e-mail o Gal realizou reuniões individuais com 34 potenciais beneficiários.

Divulgação	2017	Acumulado
- Nº de publicações (folhetos)	700	1000
- Nº de participações em eventos (feiras...)	2	4
- Nº de publicações (noticias em jornais)	1	3
- Nº Spots publicitários	6	9
- Nº Sessões de divulgação	16	44
- Nº de Participantes nas Sessões de Divulgação	276	443

Fonte: Elaboração Própria

Em 2017 foram publicadas 7 newsletter e 20 destaques; o número de subscritores das news registou um acréscimo significativo situando-se acima dos 1900 subscritores.

Site	2017	Acumulado
- Nº de inserções no site	25	29
- Nº de visitantes	18.467	32.151

Fonte: Elaboração Própria

Consideramos como número de inserções o conjunto de informações pertinentes para concursos, nomeadamente: anúncios de abertura, portarias, orientações técnicas e memórias descritivas, que colocámos aquando da abertura de período de apresentação de candidaturas. Estes documentos foram divulgados no site e em destaques.

A divulgação ocorreu ainda na página do FACEBOOK, e bem assim em articulação com os FB dos Municípios com vista a abranger o maior número de potenciais interessados.

Para a divulgação do S12E organizou-se com a CIMAC várias sessões em conjunto para os 10 municípios, por forma a aumentar a visibilidade do programa, à qual se associou ainda a divulgação dos avisos na altura a decorrer da Medida Leader

A articulação do Monte com as suas associadas para realização de trabalho de apoio à concretização da EDL foi permanente a contínuo ao longo do ano.

1.2. REDES PARA O DESENVOLVIMENTO

A ação do Monte no território assenta na ligação que estabelece com os parceiros locais aí presentes numa lógica de reforçar competências e desenvolver sinergias entre atores diferentes, quer em termos de natureza como de dimensão, contribuindo deste modo para obter resultados mais ajustados e eficientes no que respeita às necessidades a suprir no território. É com esta abordagem que o Monte implementa a EDL – Estratégia de Desenvolvimento Local na Região do Alentejo Central. A área da animação do território e do trabalho em rede é prioritária na ação do Monte. Esta ação é reforçada com a participação e o trabalho desenvolvido pelo Monte em diversas plataforma e redes a que o pertence, bem como em grupos de trabalho sobre temáticas específicas que derivam de cada uma dessas redes.

Em 2017, o Monte participou formal e ativamente no trabalho desenvolvido pelas seguintes plataformas: Federação Minha Terra; Rede Rural Nacional; Animar; Rede Europeia Anti-Pobreza (Coordenação Distrital), Plataforma Portuguesa das ONGD e REALIMENTAR.

A participação do Monte nas atividades da **Federação Minha Terra** foram distintas como se apresenta:

- Elaboração e execução de proposta conjunta de projeto, com a participação de todos os GAL associados da FMT, na área do reforço de competências e área da comunicação;
- Participação em reuniões e sessões de trabalho, nomeadamente:
 - Monchique, 3 e 4 de Abril de 2017: Sessões de Trabalho e Assembleia Geral
 - Pedrogão, 24 e 25 de Outubro de 2017: Sessões de Trabalho e Assembleia Geral
 - Bragança, 19 e 20 de Dezembro de 2017: Sessões de Trabalho e Assembleia Geral
- A equipa do Monte integrou o Grupo de Trabalho – Cooperação LEADER CPLP
- A equipa do Monte integrou ainda o Grupo de Trabalho – Circuitos Curtos Alimentares (CCA) promovido e dinamizado pela Rede Rural Nacional, tendo participado na Oficina de sensibilização aos CCA a 6 de abril de 2017 na Herdade do Freixo do Meio em Montemor-o-Novo.

Ao nível da **Plataforma Portuguesa das ONGD**, da qual o Monte é associada e elemento da Direção para o triénio 2018-2020, o Monte participou nas seguintes iniciativas:

- Sessão de trabalho em Lisboa a 24 de Fevereiro de 2017
- Jornadas Transfronteiriças – Educação para o Desenvolvimento, 5 e 6 de Abril de 2017, em Mérida

No **Núcleo Regional de Évora da EAPN – Rede Europeia Anti Pobreza**, o Monte esteve presente nas seguintes iniciativas:

- Reuniões (2) do Núcleo Regional a 5 de Abril de 2017 e a 25 de Maio, em Évora
- Encontro Nacional da Rede Europeia Anti Pobreza, que integrou o Seminário “Redes – O que as Aproxima e o que as Diferencia?”, realizado a 20 de Abril de 2017, na Universidade de Évora
- Focus Week de 15 a 20 de Outubro em Évora

Para além da participação nas referidas redes, em 2016 o Monte realizou o acompanhamento das atividades da Rede Rural Nacional (RRN); da REALIMENTAR - Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, tendo no caso desta última, participado em duas reuniões-

Há ainda um conjunto de iniciativas que continuaram a ser dinamizadas em 2017 pelo Monte e que contribuem para a dinamização das comunidades e seus territórios, e que são dinamizadas em parceria com outros agentes:

Loja do intendente – Espaço de Promoção de Produtos e Territórios Rurais: o Monte participou em 4 sessões de trabalho com os parceiros desta iniciativa, de preparação, divulgação e dos produtos das diferentes regiões presentes na parceria.

Dinamizar e divulgar a iniciativa **Bolsa de Terras**, na qualidade de entidade GeOp, entidade autorizada pela DGADR, a praticar atos de gestão operacional da Bolsa de Terras, foi outra das iniciativas realizadas pelo Monte em 2017, tendo esta sido promovida nos diferentes canais de comunicação do Monte e em fóruns onde o Monte participou, nomeadamente na Feira Anual de Évora e nas sessões de divulgação realizadas em diferentes concelhos do território de intervenção.

O **PROVE – Cabaz do Hortelão**, foi outra das iniciativas que continuou a ser dinamizada pelo Monte e cujo objetivo é o de estimular o desenvolvimento de processos territoriais de proximidade baseados na relação entre pequenos produtores agrícolas e consumidores.

Neste contexto o Monte participou:

- Reflexão Territorial “Implementação de Circuitos Curtos Agroalimentares”, que decorreu em Leiria, 10 de janeiro de 2017
- Reunião Núcleo de Montemor-o-Novo do Cabaz do Hortelão, a 23 de Janeiro de 2017
- Reunião Núcleo de Évora do Cabaz do Hortelão, a 23 de Janeiro de 2017

Ao longo de 2017 o Monte colaborou com a parceria europeia do projeto **SALSA - Small farms, small food businesses and sustainable food and nutrition security** como elemento do grupo de peritos do território; participou em 4 reuniões de trabalho, esta iniciativa é apoiada pelo "Desafio Societal 2" do Horizonte 2020, promovido pelo ICAAM – Universidade de Évora, realizada em Montemor-o-Novo

O Monte é também uma das entidades que representa a comunidade do concelho de Arraiolos no **Conselho Consultivo do Agrupamento de Escolas de Arraiolos**, e nesta qualidade esteve presente em 5 reuniões.

O Monte participou ainda em várias iniciativas locais de mostra de produtos e serviços, nomeadamente: na Feira de São Boaventura (Arraiolos); na Feira Nacional da Agricultura (Santarém) e na Feira de São João (Évora).

Em suma e tal como perspectivado em Plano esta continua a ser uma das áreas prioritárias à ação do Monte e onde houve em 2017 um investimento significativo da equipa nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento de estratégias para a promoção, divulgação e comercialização da região e dos seus produtos.

1.3. INOVAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

Esta área é outro dos pilares em que assenta a Estratégia de Desenvolvimento Local do Monte para o seu território, sendo a sua concretização realizada com os parceiros sociais que se encontram na região.

Em 2017 foi reforçada a ação do Monte no que diz respeito à sua participação nas Redes Sociais dos 10 concelhos onde intervém, com o objetivo de potenciar o desenvolvimento de novas atividades e de responder de forma mais eficaz aos problemas e necessidades existente ao nível dos diferentes públicos abrangidos pela ação social.

Por outro lado, também na área da economia social e solidária o Monte continuou a estar presente em plataformas e redes que permitiram reforçar competências e conhecimento da equipa e bem assim reforçar as suas ferramentas para uma melhor ação neste domínio. Exemplo deste tipo de iniciativas foi o acompanhamento e participação no projeto internacional SUSY - "SUStentabilidade e Solidariedade na

Economia!"/" Sustainability and Solidarity in Economy" <http://pt.solidarityeconomy.eu/>, que em Portugal tem como entidade promotora o Instituto Marquês de Valle Flôr.

Foram ainda elaboradas propostas de projetos, como à Iniciativa Comunitária EEAGRANTS, no sentido de reforçar a ação neste domínio

1.3.1. Consultoria em área estratégica ao desenvolvimento

Em 2017 o Monte iniciou o processo de elaboração do **Referencial Estratégico de Desenvolvimento Social para a Região do Alentejo Central**, cuja realização foi proposta pela CIMAC, e que decorreu ao longo de 7 meses. Este trabalho teve como objetivos: Caracterizar os desafios da economia social na sub-região do Alentejo Central do ponto de vista do seu tecido institucional/ sistema de atores, fontes de financiamento, respostas, públicos e importância económica/empregadora; Aprofundar e sistematizar o conhecimento sobre os principais problemas, desafios e necessidades de intervenção social (equipamentos e respostas) na sub-região do Alentejo Central; Identificar margens de inovação e de criação de valor acrescentado nas respostas sociais existentes considerando, nomeadamente, as possibilidades de cooperação de recursos no território do Alentejo Central; Construir um referencial estratégico 2017-2020 para o desenvolvimento social na sub-região Alentejo Central, mobilizador do sistema de atores e orientado para o exercício das novas competências, de planeamento e de gestão atribuídas às CIM na área social.

O desenvolvimento desta atividade foi um desafio muito interessante para o Monte que incluiu um intenso trabalho no terreno com a realização de 1 reunião em cada um dos 14 municípios abrangidos pela CIMAC, nas quais participaram 148 elementos representantes das Redes Sociais desses concelhos; 2 Workshops intermunicipais, que decorreram no Redondo e em Mora, com um total de 22 participantes e 1 Jornada de Trabalho, com a presença de 52 representantes de entidades locais e regionais.

Os produtos resultantes desta ação foram:

- **Relatório de Diagnóstico Social do Alentejo Central** elaborado com integração da visão do sistema de atores com intervenção na ação social no Alentejo Central e que inclui um mapeamento de âmbito sub-regional de serviços, equipamentos, infraestruturas
- **Referencial Estratégico suportado no Diagnóstico Social AC**, numa perspetiva de valor acrescentado para a intervenção da CIMAC; complementaridade com intervenção municipal e funções sociais do Estado

Estes produtos foram entregues e apresentados à CIMAC, em sessão onde estiveram presentes os presidentes dos 14 municípios que a CIMAC inclui, tendo esta sessão terminado com a apresentação de

novas propostas de trabalho, no sentido de apoiar a operacionalidade do Referencial Estratégico para o Desenvolvimento Social, aprovado por todos os presentes.

Em 2017 o Monte iniciou mais uma atividade de prestação de serviços, que consistiu na preparação e execução de uma ação de formação para Tapeteiras de Tapete de Arraiolos em ponto pé-de-flor. A realização desta ação foi proposta pela Câmara Municipal Arraiolos no sentido de permitir manter uma técnica específica de desenho e elaboração do Tapete de Arraiolos, que está em risco de desaparecer por não existir quem a domine.

Durante 2017 apenas começou a ser realizada a divulgação da ação e recolha de manifestações de interesse da parte de formandos para a frequência da mesma, tendo toda a ação decorrido em 2018.

1.4 CAPACITAÇÃO E COMUNICAÇÃO

1.4.1 Formação para públicos externos

Nesta área e tal como previsto em plano de ação para 2017, o Monte iniciou a execução de um **Programa de Formação sobre as temáticas da Igualdade de Género e Violência Doméstica para a região do Alentejo Central**. Este destina-se a públicos estratégicos, agentes que se encontra já a trabalhar no terreno e que no contexto da atividade que desempenham sentem necessidade de reforçar os seus conhecimentos nestas áreas específicas, no sentido de melhorar os seus desempenhos.

O projeto inclui a dinamização de 9 ações de formação no total, 2 ações de formação na área da Igualdade de Género e 7 ações de formação na área da Violência Doméstica, sendo este o calendário de realização:

Calendário Ações de Formação 2017/2018																
Curso	Ação	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Data de início	Data de fim	Local
2	1													06/11/2017	11/01/2018	Évora
2	2													22/01/2018	22/03/2018	Évora
1	1													15/01/2018	14/03/2018	Estremoz
1	2													05/02/2018	11/04/2018	Vila Viçosa
1	3													05/03/2018	02/05/2018	Redondo
1	4													09/04/2018	30/05/2018	Borba
1	5													16/04/2018	06/06/2018	Évora
1	6													07/05/2018	27/06/2018	Montemor-o-novo
1	7													27/08/2018	01/10/2018	Évora

O ano de 2017 foi de divulgação e preparação da implementação do projeto no terreno, tendo apenas iniciado uma das ações, todas as restantes irão decorrer em 2018.

Iniciado em 2016, o projeto **TELI2 – Transnational Education in LEADER implementation2** tem como objetivo geral criar e disseminar um modelo formativo baseado nas diversas experiências da parceria, sobre a abordagem LEADER. A parceria é composta por entidades de diferentes países europeus, nomeadamente: Croácia; Eslovénia; Irlanda (coordena); Polónia; Portugal e Roménia. O Monte, enquanto um dos GAL participantes do projeto participou via skype na primeira reunião de projeto, realizada na Irlanda.

No ano de 2017 para além do acompanhamento às ações em curso, o Monte acolheu uma reunião da Parceria, na sua região, em Maio.

Em Outubro dois técnicos do Monte, juntamente com técnicos das demais entidades parceiras do projeto, participaram na primeira semana do curso “Certificate in LEADER Programme Management” que decorreu na Irlanda. As demais sessões de formação terão lugar em 2018, sendo o objetivo do curso o reforço de competências dos agentes locais em gestores de acordo com os princípios e a abordagem do programa LEADER.

1.4.2. FORMAÇÃO PARA PÚBLICOS INTERNOS

As ações de formação frequentadas pela equipa técnica do Monte em 2017 foram as seguintes:

Nome da ação	Duração	Entidade/Local	Nome do Técnico
Reunião com a AG Alentejo2020	3h	AG Alentejo2020 / CCDR-A	Marta Alter Ricardo Carretas
Sessão de trabalho técnico com a AG Alentejo2020	7h	AG Alentejo2020 / CCDR-A	Ana; Maria; Marta; Nuno; Ricardo; Vanda
Modelação Negócios Sociais do Business Model Canvas	14h	FEA	Ana/Vanda
Termo aceitação e PP - IFAP	6h	E-learning	Ana; Maria; Marta; Nuno; Ricardo; Rosário; Vanda;
1º workshop sobre Controlo e Qualidade AGPDR2020	3h	AG PDR2020 / Instalações PDR2020	Ricardo Carretas
Sessão de esclarecimentos - SIFSE	7h	ADC + AG PO Alentejo2020 / CCDR Alentejo	Marta Alter Ricardo Carretas Vanda viriato
Ações de esclarecimento M10 LEADER - PDR2020	14h	IFAP / AG PDR2020 / CCDR Alentejo	Marta Alter Nuno Costa Ricardo Carretas Vanda Viriato
Reunião DLBC	7	CCDRA	Marta

Formação Plataforma para apresentação de propostas ao Camões	4h	Camões IP	Inácia e Marta
Reunião com a AG Alentejo2020	3h	AG Alentejo2020 / CCDR-A	Marta e Ricardo

A formação para públicos internos totalizou em 2016, **68 horas de formação**.

1.4.3.2. COMUNICAÇÃO

Das atividades de comunicação em 2017, resultaram para além dos documentos institucionais Plano de Atividades 2018 e Relatório de Atividades 2016, as seguintes:

- **8 Edições da newsletter** do Monte;
- Edição de **5 Destaques** do Monte.
- Publicações atualizadas na página do **facebook** <https://pt-pt.facebook.com/monteace>
- Publicação de **1 destaque** de avisos de abertura no Jornal Regional **Diário do Sul**;
- **6 Spots publicitários** que passaram nas **rádios Borba e Telefonía**;
- **18.467** Visitantes ao site do Monte

2. COOPERAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

2.1. COOPERAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

2.1.1. GUINÉ-BISSAU

A intervenção do Monte na Guiné-Bissau durante 2017 teve como principal preocupação a conclusão dos 2 projetos em curso e a procura de novas formas de sustentabilidade destas intervenções após o término dos financiamentos.

Os esforços realizados pela equipa foram no sentido de terminar as ações e em complemento, elaborar novas propostas a diferentes linhas de financiamento.

Gestão Sustentável dos Recursos Florestais no Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu (PNTC) - FIRKIDJA

Em Julho de 2017 finaliza esta iniciativa que formalmente teve início a 1 de Março de 2012, tendo a sua aprovação ocorrido antes em 2009. Ao longo deste período foi possível alcançar os objetivos e resultados previsto pelo projeto, apesar da elevada dimensão do mesmo e das vicissitudes que foram ocorrendo a diferentes níveis.

O último ano do projeto foi caracterizado por uma elevada intensidade de atividades para finalizar todas as iniciativas o que conduziu ao desenvolvimento de uma diversidade de ações como a produção de Manuais e o registo em documentário das mudanças com os beneficiários dos projeto FASA, possibilitando assim deixar no terreno um conjunto de ferramentas de apoio à disseminação da ação e de produção de conhecimento técnico na área da conservação e preservação dos recursos florestais no PNTC.

Também neste período foram dinamizadas várias sessões de trabalho com os financiadores, a União Europeia e o Camões I.P; foi aprovado o prolongamento do projeto por forma a permitir finalizar todos os produtos em desenvolvimento; realizou-se uma Missão ROM da qual resultou uma apreciação muito positiva da ação o que evidencia um reconhecimento do esforço realizado pela equipa local (em anexo apresentamos o relatório referido); realizou-se ainda uma visita de acompanhamento a projeto pela equipa do Camões, I.P.

No que diz respeito aos 4 eixos de intervenção do projeto, no final da ação, a grande maioria dos resultados previstos atingir forma alcançados, sendo que para os resultados não alcançados foram apresentadas recomendações para a sua conclusão e sustentabilidade e nalgumas das ações foram apresentadas novas

propostas de intervenção com vista à sua continuidade e reforço, como é o caso da intervenção na área da Educação Ambiental, através da proposta “Apoio às Políticas Nacionais de Educação para a Cidadania e Ambiente na Guiné-Bissau” elaborada pela Monte em parceria com a ONG local Tiniguena; ou a intervenção dos FASA, através das propostas “Bemba di Riquesa – Apoio ao desenvolvimento económico e sustentável das populações do Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu (PNTC) e do Parque Natural das Lagoas de Cufada (PNLC)” e “Firkidja pa lantanda bida - "Pilar, elemento central de sustento para desenvolver as nossas vidas", sendo que sobre a 1ª proposta, em lista de reserva, ainda se aguarda possibilidade de aprovação.

Na área das boas práticas ambientais os resultados alcançados também foram extremamente significativos tendo dotado o Parque de vários instrumentos para a monitorização destas ações em realização pela comunidade, como é o caso da base de dados sobre os fogões melhorados incluídos em 23 tabancas diferentes; a base de dados para realizar o acompanhamento e gestão dos 4 Perímetros Florestais Comunitários criados no PNTC – zona norte. Ainda nesta área, os 22 projetos FASA em execução são um resultado muito expressivo do projeto, a diferentes níveis, tendo contribuído para reforçar os rendimentos das comunidades e a segurança alimentar e nutricional das comunidades residentes, os serviços de base das localidades do Parque e a valorização e reforço de competências das associações locais, auto-estima da população residente no PNTC, deixando disponível um conjunto de instrumentos que permitem a replicação desta experiência também noutros contextos. No que respeita ao apoio na dinamização da oferta turística disponível no Parque, o projeto contribuiu de forma significativa para reforçar a estratégia de ecoturismo em implementação pelo IBAP nas Áreas Protegidas, com a criação de duas unidades de alojamento, o modelo de gestão para as mesmas e o desenvolvimento de uma linha para a comercialização e marketing de produtos locais, os Produtos Florestais e não lenhosos do PNTC.

Ainda na fase final do projeto, foi proposto pela DUE-GB a elaboração de uma avaliação externa ao projeto, que foi realizada em Dezembro, já após o término do projeto. Também já sem um suporte financeiro, a equipa da Monte esteve na GB em Novembro onde realizou ações de acompanhamento a algumas atividades do projeto que não ficaram concluídas com o seu término como foi o caso da construção da sede norte do PNTC, tendo também participado em reuniões com os parceiros locais e a DUE-GB.

Por último, e já em Março de 2018 o projeto é também selecionado pela DUE-GB para ser auditado por uma empresa externa.

a) Kau di Catchu ku Kau di Pecadur FASE II – Projeto para a criação de um Parque Urbano de Natureza e de Lazer

O projeto Kau di Catchu ku Kau di Pecadur (KCKP) durante o ano de 2017 e pelo fato de condicionalismos de diversa natureza que prejudicaram a conclusão das obras do Parque Europa Lagoa N’Batonha, teve aprovada uma 3ª Fase pelos financiadores DUE-GB e pelo Camões I.P. . Esta possibilitou a realização de mais 6 meses de execução, tendo existido ainda um novo prolongamento ao projeto que passou a terminar em Fevereiro de 2018.

Nestes últimos 12 meses (de 1 de Março 2017 a 28 de Fevereiro 2018), foi possível a finalização de várias atividades e processos iniciados nas duas Fases precedentes, necessários para a consecução dos resultados esperados neste novo projeto: o reforço da visibilidade da U.E. através de iniciativas de comunicação, capacitação, sensibilização e divulgação sobre a importância de preservação das zonas húmidas. Nesse sentido, o projeto permitiu o acompanhamento e/ou finalização das seguintes ações:

- Desenvolvimento dos projetos de arquitetura civil e de engenharias (civil e hidráulica) para a construção dos equipamentos e das infra-estruturas do PNL
- Implementação das obras de alargamento da lagoa para 1,5 ha de área, de remodelação do terreno adjacente, de construção e instalação de estruturas e equipamentos para o espaço público envolvente.
- Plantações de espécies arbóreas.
- Construção de um percurso interpretativo sobre os valores e serviços das zonas húmidas.
- Apoio institucional à CMB: elaboração de um modelo de gestão do Parque; capacitação de técnicos municipais em jardinagem e manutenção de espaços verdes.
- Elaboração de Termos de Referencia, lançamento de concurso e avaliação de propostas para a exploração da cafetaria/esplanada.
- Prestar a assistência técnica à CMB para a operacionalização dos procedimentos técnicos para a manutenção do Parque de Natureza e de Lazer
- Criação e instalação de estruturas e ferramentas de sensibilização e educação ambientais, de valorização das zonas húmidas, as suas funções, ecossistemas e biodiversidade.
- Ações de sensibilização junto da população, articuladas com ações de visibilidade e eventos relacionados com o meio ambiente.

Através deste projeto nasceu um Parque de Natureza e de Lazer (PNL) na cidade de Bissau, o primeiro deste teor, recuperando e valorizando uma zona húmida (lagoa), no centro da cidade que, para além da importância ecológica, irá permitir ações de sensibilização, educação e conhecimento do ecossistema mais emblemático e ocorrente na Guiné-Bissau: as zonas húmidas.

O PNL dispõe atualmente de equipamentos únicos na cidade de Bissau, mas também no país, nomeadamente toda uma infra-estrutura para apoio a ações de sensibilização e educação ambiental, que contempla um conjunto de equipamentos específicos, para que as mesmas possam ser efetuadas in loco. Com o término do projeto ficam ainda situações por resolver e concluir da responsabilidade da CMB, como beneficiária e proprietária do PNL, sendo que a não conclusão das mesmas irá conduzir ao danificar permanente do espaço e dos equipamentos nele presente, o que irá inviabilizar a utilização do mesmo por toda a população de Bissau, como foi o objetivo traçado.

As principais preocupações e ações ainda por concluir são as seguintes:

- A implementação do modelo de gestão definido para o Parque no sentido de garantir a gestão dos equipamentos e da sua boa utilização pela população;
- Implementar um sistema de monitorização, limpeza e vigia do espaço, quer em termos de garantir a sua segurança como em termos de manter o bom estado da vegetação e recursos naturais nele existente.
- Finalizar o processo de adjudicação dos concessionários para a exploração da cafetaria e do quiosque existentes no parque.

2.1.2. CABO VERDE

Neste ano o Monte tem aprovado um novo projeto para a ilha de São Vicente, o projeto **Soncent, nós terra ktxuva” – Empreender em Meio Rural "**, com o apoio do Camões I.P..

Objetivo da intervenção:

Objetivo Global: Contribuir para o reforço de competências da população das comunidades rurais da ilha de São Vicente, nas áreas da agricultura familiar, empreendedorismo e criação de pequenos negócios, e conseqüentemente, contribuir para a redução da pobreza.

Objetivo Especifico: Reforçar competências de 15 agentes locais e animadores, de 60 pequenos produtores e jovens empreendedores das comunidades rurais da ilha de São Vicente, nas áreas da agricultura familiar, empreendedorismo e criação de pequenos negócios.

Grupo alvo: Pequenos produtores locais e jovens futuros empreendedores; agentes locais, representantes das ACD's, elementos de entidades públicas, privadas e de ONGD

Parceiro local: CRPSV - Comissão Regional de Parceiros de São Vicente

Duração da intervenção: O projeto terá uma duração de 24 meses com início: Outubro de 2017 e conclusão em Setembro de 2019.

Durante o ano de 2017 foi realizado o arranque do projeto com reuniões entre parceiros tendo as atividades tido iniciado em 2018.

2.1.3. PORTUGAL

a) Education for Glocal Issues - Bibliotecas Globais

Em 2017 o projeto Education for Glocal Issues - Bibliotecas Globais, encontra-se próximo do seu término, tendo sido solicitado ao Camões IP um prolongamento por mais dois meses para o seu encerramento, no sentido de permitir a conclusão dos produtos do mesmo, passando deste modo a terminar a 31 de Março de 2018.

Assim neste período e até final de 2017 os resultados alcançados pela intervenção foram os seguintes:

Quadro 5 – Indicadores de Resultados, previstos e realizados, para o Projeto Nos Junte

	Indicadores de Resultados previsto atingir Global Projeto	Indicadores de Resultados atingidos Global Projeto
R1: Temáticas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável inseridas e implementadas nos planos de ação das bibliotecas escolares	Nº de participantes nas oficinas temáticas (20/sessão); Nº de oficinas temáticas realizadas (8);	Nº de participantes nas oficinas temáticas (341); Nº de oficinas temáticas realizadas (16) Nº de Peddy papper realizados (6) Nº de participantes nos peddy papper (98)
R2: Capacitação de 30 professores e para a dinamização de ações nas temáticas dos ODS	1 Oficina de formação para professores; Nº de professores participantes (15); 1 Proposta de materiais/recursos resultante da oficina de formação;	1 Ação de formação para professores em ED-ODS acreditada; Nº de professores participantes (27);

	1 Ação de formação para professores em ED-ODS acreditada; Nº de professores formados (15);	1 Proposta de materiais/recursos resultante da ação de formação; 2ª Ação de formação para professores em ED-ODS acreditada; Nº de professores participantes (24); 1 Proposta de materiais/recursos resultante da ação de formação
R3: Capacitação de 30 Organizações da Sociedade Civil (OSC) na área da Educação para o Desenvolvimento	2 workshops realizados; Nº de participantes/OSC por workshop (15);	3 Encontros/seminários sobre ED-ODS participados pela equipa; 1 Seminário realizado; Nº de participantes/OSC no Seminário (32)
R4: Recursos educativos criados sobre os ODS para intervenção nas bibliotecas escolares e públicas	1 Encontro de apresentação do projeto/ nº de participantes; Nº de acessos à página do projeto no site do Monte; Material promocional produzido; Nº de gostos e seguidores dos post do projeto na página do facebook do Monte; Nº de atividades propostas aos alunos/escolas PT, CV e GB (4); 1 vídeo sobre o projeto; 1 publicação em formato digital e impressa; Nº de participantes no encontro final (20); Registos de divulgação do encontro nos meios de comunicação social. 1 ação de disseminação; Nº de organizações participantes na ação (30)	1 Sessão de apresentação do projeto/ 61 jovens e 4 professores; Nº de acessos à página do projeto no site do Monte; 7 Notícias do projeto na newsletter da Monte; 14 Notícias e divulgação do projeto em site e redes sociais da AIDGLOBAL; 1 Flyer do projeto; 2 Suportes para a divulgação das temáticas do projeto e dos ODS; 2 publicações em formato digital e 25 exemplares impressos de cada uma 1 encontro final 7 participantes no encontro final

Verifica-se que no geral o projeto atingiu os resultados previstos tendo em alguns casos superado o nº de participantes e atividades inicialmente previstas, como aconteceu nos casos do Resultado 1 e 2, tendo sido realizadas no total **22 sessões em escolas abrangendo 439 jovens**, ao longo de dois anos letivos e capacitou 25 docentes em “A Cidadania Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Escola”. Os Resultados 3 e 4 foram ajustados aos interesses dos seus principais destinatários e às condições verificadas nos locais no momento da sua concretização, o que permitiu a realização de todas as atividades previstas e no caso do último resultado, foi possível criar duas publicações o Portfólio ED e a ED Magazine disponíveis

na página do projeto alojada no site do Monte: https://www.monte-ace.pt/site/cooperacao_glocal_portugal.php

O projeto foi promovido pelo Monte em parceria com a AIDGLOBAL – Ação e Integração para o Desenvolvimento Global (AIDGLOBAL); a Sugo Design, Lda. (SUGO) e o Sindicato Democrático dos Professores do Sul (Sdp Sul) e co-financiado pelo Camões I.P.

3. ORGANIZAÇÃO INTERNA

3.1. ORGANIZAÇÃO INTERNA

3.1.1. GESTÃO PELA QUALIDADE

A organização continuou a desempenhar as suas atividades de acordo com procedimentos de gestão pela qualidade, recorrendo aos instrumentos de gestão já criados pela organização.

3.1.2. PLANO ESTRATÉGICO

O “Plano Estratégico do Monte 2014-2017” encontra-se em fase de atualização para o novo período de 2018-2021

3.1.3. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A ação do Monte continua a integrar princípios e práticas em termos de responsabilidade social, nas diferentes áreas de intervenção.

3.1.4. CANDIDATURAS REALIZADAS

País	PROJETO	FINANCIADOR
Portugal	ED – Bibliotecas Globais, Fase 2	CAMÕES I.P.
	REDE LEADER 2020: Qualificar, Cooperar, Comunicar	Rede Rural Nacional
	Candidatura para a credenciação como Entidade Prestadora de Apoio Técnico à Criação e Consolidação de Projetos no âmbito do Programa de Apoio ao Empreendedorismo	IEFP I.P.
Guiné Bissau	Candidatura para o Parque Europa-Lagoa N'Botonha – Fase 3	DUE-GB e CAMÕES i.P.
	Firkidja pa lantanda bida - "Pilar, elemento central de sustento para desenvolver as nossas vidas"	Camões I.P.
Cabo Verde	Candidatura para projeto Agroalimentar	Camões IP

4. BALANÇO SOCIAL

DADOS DOS RECURSOS HUMANOS DO MONTE

Em 2017, verificou-se uma redução da equipa técnica do Monte com a saída de 3 elementos passando a contabilizar 7 elementos em Portugal, sendo que 5 estavam sob o regime de contrato sem termo e 2 com regime de contrato a termo. Destes, 2 são do género masculino e os restantes do género feminino.

Na Guiné-Bissau, a estrutura técnica local contou 1 elemento do género feminino expatriado e 4 do género masculino locais.

Para além desta estrutura de trabalho, integram o Conselho de Administração do Monte 5 elementos, os quais se encontram em regime de voluntariado.

Para a presente análise gráfica, consideram-se os dados referentes ao corpo técnico da entidade com contrato de trabalho, em Portugal e na Guiné, neste ultimo tratamos os dados do final do ano.

No que respeita às idades da equipa técnica do Monte, verifica-se que a faixa etária dos recursos humanos se divide entre os intervalos de idades 30-40 anos (4), sendo 3 do género masculino e 1 do género feminino, os 41-50 anos (5) sendo 2 do género feminino e 3 do género masculino e 3 elementos na faixa etária +50 todos do género feminino.

Em 2017, a maioria dos funcionários do Monte, possuía grau académico superior, de entre os quais 2 possuíam o nível de mestrado. Existem ainda 5 técnicos que possuem o grau de Pós-Graduação, sendo as restantes qualificações divididas pelos graus de Licenciatura e nível secundário.

Relativamente ao número de faltas da equipa de trabalho em Portugal, num total de 58,5 no ano, o maior número incidiu no motivo “Apoio à Família”, seguido de “Doença”.

Total de horas de formação frequentadas pela equipa Monte

No total, a equipa do Monte participou em 69 horas de formação no total o que correspondeu a um volume total de 1.794 horas.

Horário de Trabalho

O horário de trabalho da equipa interna do Monte realiza-se das 09.00h às 12.30h e das 14.00h às 17.30h, num total de 7 horas diárias.

Reuniões Internas

Em 2017 realizaram-se as seguintes reuniões:

- 1 Reunião de Conselho Fiscal;
- 3 Reuniões de Assembleia Geral;
- 13 Reuniões do Conselho de Administração;
- 10 Reuniões da Equipa Técnica.

Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho

Alguns indicadores de análise em 2016 comparativamente com os dados registados em 2015.

	2017	2016
N.º de acidentes de trabalho ocorridos	0	0
Nº de visitas da empresa de higiene e segurança	1	1
Reparos técnicos em termos de higiene e segurança	Recarga de extintores	-
Custos com a prevenção de acidentes (Seguro)	2.111,02€/ Ano	2.338,24€/Ano
Visita Médica	8	8
Custo com a empresa de SHST	42,88€/mês	42,88€/mês

5. RELATÓRIO E CONTAS 2017

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

BALANÇO INDIVIDUAL EM: 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		451.102,25	361.915,24
Propriedades de investimento		49.276,08	50.177,47
Trespasse (goodwill)		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	368,34
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - Método equiv. Patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - Outros métodos		7.991,59	7.991,59
Acionistas / Sócios		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	1.394,53
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		508.369,92	421.847,17
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		1.159,90	1.197,62
Adiantamentos a fornecedores		92,30	725,00
Estado e outros entes públicos		1.040,66	925,78
Acionistas / Sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber		747.610,65	545.152,79
Diferimentos		19.322,19	0,00
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e Depósitos bancários		106.564,37	207.843,28
		875.790,07	755.844,47
		1.384.159,99	1.177.691,64
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		0,00	0,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Prestações suplementares e outros instrumentos CP		0,00	0,00
Prêmios de emissão		0,00	0,00
Reservas Legais		0,00	0,00
Outras reservas		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		134.552,97	117.638,09
Resultados transitados		63.095,85	60.701,79
Resultado líquido do período		-4.113,02	2.394,06
Interesses minoritários		0,00	0,00
		193.535,80	180.733,94
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Responsabilidades em garantias bancárias		100.000,00	100.000,00
Passivo corrente			
Fornecedores		16.274,16	10.015,44
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		10.400,86	13.411,63
Acionistas / Sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		85.890,95	0,00
Outras contas a pagar		571.260,50	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Diferimentos		406.797,72	873.530,63
		1.190.624,19	996.957,70
		1.384.159,99	1.177.691,64

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM : 31 de Dezembro de 2016

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		39.900,00	0,00
Subsídios à exploração		501.316,93	693.354,27
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas		-963,46	-2.722,27
Varição nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-206.721,33	-242.546,85
Gastos com o Pessoal		-330.710,04	-435.959,66
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de ativos não depreciables/amortizáveis		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		49.559,65	57.442,38
Outros gastos e perdas		-2.675,39	-2.695,42
Result. antes depreciações, gastos de financiamento e impostos		49.706,36	66.872,45
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-52.154,27	-62.305,61
Imparidade de ativos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Result. Operacional (antes gastos financiamento e impostos)		-2.447,91	4.566,84
Juros e rendimentos similares obtidos		669,36	1.004,63
Juros e gastos similares suportados		-403,22	-1.298,00
Resultado antes dos Impostos		-2.181,77	4.273,47
Imposto sobre o rendimento do período		-1.931,25	-1.879,41
Resultado líquido do período		-4.113,02	2.394,06

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

1. Nota introdutória

O presente Relatório tem como objetivo principal especificar pormenorizadamente a origem dos valores evidenciados nas contas das Demonstrações Financeiras para 2017.

Pela sua especificidade de ACE (Agrupamento Complementar de Empresas), esta entidade é constituída por 5 associadas, às quais é imputado o resultado apurado para efeitos de pagamento de impostos.

No exercício de 2017 o resultado apurado antes de impostos foi negativo no valor de 2.181,77€.

No entanto a própria Entidade está sujeita ao pagamento de IRC a título de Tributações Autónomas (resultante das despesas com viaturas de passageiros e mistas, e despesas de representação), as quais, para o ano de 2017, totalizaram o valor de 1.931,25€.

Posto isto, foi obtido um Resultado Líquido negativo de 4.113.02€.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas (Balanço e Demonstração de Resultados por naturezas) foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem:

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gastos no período em que ocorrem.

3.2. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são desreconhecidos logo após a sua total amortização.

3.4. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

3.6. Capital Próprio

Esta rubrica é influenciada pelos subsídios ao investimento dos diversos projetos, reconhecidos, por força do SNC, na conta de “Outras Variações do Capital Próprio”, pelos Resultados Transitados dos Exercícios económicos anteriores e pelo Resultado Líquido do ano em apreciação.

3.7. Subsídios à Exploração

Estes subsídios destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados com o desenvolvimento das ações, são reconhecidos em resultados à medida que incorrem os gastos, independentemente do momento de recebimento desses mesmos Subsídios.

4. **Análise por Rúbricas do Balanço**

4.1 Ativo não Corrente

4.1.1 Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, no exercício de 2017 foi o seguinte:

	Saldo em 01-01-2017	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-12-2017
Designação:			
Edifícios e Outras construções	277.918,69 €	140.071,55 €	417.990,24 €
Equipamento Básico	322.077,98 €	0,00 €	322.077,98 €
Equipamento de transporte	237.805,65 €	0,00 €	237.805,65 €
Equipamento Administrativo	57.797,77 €	0,00 €	57.797,77 €
Outros Ativos fixos tangíveis	6.572,60 €	0,00 €	6.572,60 €
Depreciações acumuladas:			
Edifícios e Outras construções	9.510,43 €	6.580,92 €	16.091,35 €
Equipamento Básico	305.075,07 €	8.133,23 €	308.573,50 €
Equipamento de transporte	168.908,29 €	34.669,01 €	203.577,30 €
Equipamento Administrativo	55.430,89 €	896,35 €	56.327,24 €
Outros Ativos fixos tangíveis	5.967,57 €	605,03 €	6.572,60 €

No ano de 2017, verificou-se um aumento de 140.071,55€ de investimento em obras, ainda em curso, nomeadamente, a construção de uma sede do Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu e do Parque de Natureza e Lazer no âmbito de projetos de cooperação a decorrerem na Guiné-Bissau.

4.1.2 Propriedades de Investimento:

Designação	Saldo em 01-01-2017	Aquisições	Saldo em 31-12-2017
Terreno Edifício Portugal Rural	15.023,24 €	-	15.023,24 €
Edifício Portugal Rural	45.069,72 €	-	45.069,72 €
Depreciações acumuladas:			
Edifício Portugal Rural	9.915,49 €	901,39 €	10.816,88 €

Esta rubrica diz respeito ao Edifício da ProRegiões, onde funciona a loja do Portugal Rural e foi adquirido em parceria com outras 8 entidades as quais repartem entre si 1/9 das receitas e despesas. O terreno não tem depreciações.

4.1.3 Ativos Intangíveis

Não se verificaram aquisições nesta rubrica no ano em apreciação. De acordo com as orientações do SNC foram desreconhecidos 633,70€ por estarem totalmente amortizados.

4.1.4 Participações Financeiras

As Participações Financeiras contabilizadas correspondem a participações no capital da ProRegiões – Promoções das Regiões, Lda. (€ 4.000,00), ADRAL – Agência para o Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A. (3.491,59) e do Crédito Agrícola (€ 500,00);

4.2 Ativo Corrente

4.2.1 Clientes

O saldo da conta corrente de Clientes refere-se a faturas de serviços emitidas e a cobrar em 2018, no valor de 48,83€.

A conta de Clientes Perdas por Imparidades continua com um saldo de 1.111,07€;

4.2.2 Outras Contas a Receber

Esta rubrica demonstra os valores dos orçamentos dos diversos projetos em curso por contrapartida da conta “Diferimentos” do Passivo Corrente e os valores relativos à execução dos mesmos, permitindo assim o controle permanente da sua execução.

O saldo devedor apresenta um acréscimo relativamente a 2016 no valor de 202.457,86€ e deve-se ao facto de alguns projetos terem sido iniciados e outros estarem no último ano de execução, motivando que os seus orçamentos sejam mais elevados.

4.2.3 Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 os saldos desta rubrica apresentavam-se como se segue:

Disponibilidades	Saldos 31-12-2016
Caixa	1.820,24 €
Depósitos á ordem	4.744,13 €
Depósitos a prazo	100.000,00 €

4.3 Capital Próprio

4.3.1 Outras Variações no Capital Próprio

Como já explicado no item 3.6 esta rubrica comporta os subsídios ao investimento que anualmente são reconhecidos como ganhos (conta 7883) pelos valores das suas amortizações.

No ano de 2017 esta rubrica sofreu um decréscimo de 48.894,29€ devido aos reconhecimentos desses subsídios como ganhos e um acréscimo de 65.809,17 € devido à transferência de Obras em Curso-Edifício da Loja do Intendente (em parceria com mais 5 entidades) para o Ativo Fixo Tangível.

4.4 Passivo Não Corrente

Nesta rubrica a entidade tem como responsabilidades uma garantia bancária prestada a favor do IFAP no valor de € 100.000,00, a fim de avalizar o adiantamento do mesmo valor, no âmbito do Programa DLBC.

4.5 Passivo Corrente

4.5.1 Fornecedores

O saldo desta rubrica, no valor de 16.274,16€ refere-se a faturas emitidas pelos fornecedores no ano de 2017 e para pagamento em 2018.

4.5.2 Estado e Outros Entes Públicos

Refere-se a valores a pagar em Janeiro de 2018 de retenções de IRS e Segurança Social retidos ao pessoal em Dezembro de 2017;

4.5.3 Diferimentos

Do mesmo modo que o ativo evidencia um valor significativo referente à contabilização dos orçamentos, também assim o Passivo (conta 28-Diferimentos) reflete a contrapartida desses valores: Investimento/Subsídios ainda não executados/recebidos.

O saldo desta conta totaliza 978.058,22€, evidenciando um valor praticamente igual comparativamente ao ano transato.

5. **Análise por Rúbricas da Demonstração Resultados**

5.1 Rendimentos

5.1.1 Vendas e Prestação de serviços

Foram emitidas faturas de serviços prestados pela Entidade Monte no valor de 39.900.00€ ;

5.1.2 Subsídios à exploração

Aqui estão refletidas as verbas relativas aos custos de funcionamento associados à execução dos projetos, as quais, neste exercício, totalizam 501.316,93

No quadro a seguir apresentam-se as fontes de financiamento e subsídios à exploração por projeto:

Projetos	Programa Financiador	Componente de financiamento	Subsídios á exploração
DLBC – Funcionamento GAL	PDR2020	FEADER	251.588,99 €
ED - Education for Glocal Issues	Instituto Camões	Instituto Camões - ED	15.158,5 €
TELI 2	Erasmus +	União Europeia	2.507,05 €
Qualifica Alentejo	POISE	Fundo Social Europeu	1.531,84 €
Rede leader 2020	PDR2020	FEADER	1.520,84 €
PNTC	União Europeia e Instituto Camões	União Europeia e Cooperação	129.023,76 €
Kau di Catchu Ku Kau di Peadur – Lagoa Fase III	União Europeia e Instituto Camões	União Europeia e Cooperação	98.807,43 €
Soncent, nós terra K'txuva – Cabo Verde	Instituto Camões	Instituto Camões	1.108,13 €

5.1.3 Outros Rendimentos e Ganhos

De acordo com o explicado no item 4.3.1, são contabilizados nesta rubrica os subsídios ao investimento (conta 593), anualmente reconhecidos como ganhos (conta 7883) transferidos numa base sistemática, à medida que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem. No ano de 2017 o valor transferido para a conta 7883 foi de 48.894,29€ e o restante valor desta rubrica referem-se a rendimentos provenientes de cedência de viaturas e outros no valor de 665,36€;

5.1.4 Juros e Rendimentos similares obtidos

O saldo desta rubrica, no valor de 669,36€ diz respeito a juros obtidos com Depósitos a Prazo e outras Aplicações Financeiras

5.2 Gastos

5.2.1 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta conta apresenta um saldo de 242.546,85€, que em comparação com o ano anterior se traduz num decréscimo de 13,51%.

Esta situação está refletida no quadro seguinte, evidenciando as diferenças por rubricas:

Rubricas FSE	Saldo em 31-12-2017	Saldo em 31-12-2016	Peso rubrica no total FSE 2017
Trabalhos especializados	106.604,44 €	98.204,78 €	51,57%
Honorários	17.632,28 €	19.492,80 €	8,53%
Deslocações e estadas	10.205,22 €	13.801,62 €	4,94%
Rendas e alugueres	7.180,55 €	9.358,53 €	3,47%
Material de escritório	893,62 €	2.037,37 €	0,43%
Comunicações	7.268,66 €	7.198,49 €	3,52%
Outros Serviços	5.794,80 €	13.302,17 €	2,81%
Seguros	1.669,60 €	2.713,98 €	0,81%
Conservação e reparação	1.858,17 €	7.695,43 €	0,90%
Despesas de representação	3.554,76 €	3.554,76 €	1,72%
Combustíveis	4.761,86 €	11.859,79 €	2,30%
Publicidade e propaganda	3.080,52 €	2.870,81 €	1,49%
Limpeza, Higiene e conforto	3.035,08 €	2.657,47 €	1,47%
Eletricidade	3.391,46 €	4.312,00 €	1,64%
Vigilância e segurança	139,18 €	554,92 €	0,07%
Artigos para oferta	127,90 €	50,90 €	0,06%
Contencioso e notariado	215,00 €	526,87 €	0,10%
Água	272,72 €	309,03 €	0,13%
Ferramentas e utensílios	1.104,07 €	8.345,27 €	0,53%
Outros Materiais	23.516,24 €	28.871,21 €	11,38%
Serviços Bancários	4.286,31 €	4.557,50 €	2,07%
Transportes de mercadorias	128,89 €	271,15 €	0,06%
Total	206.721,33 €	242.546,85 €	

De salientar o facto dos Fornecimentos e Serviços Externos terem sofrido uma redução de cerca de 36 mil euros à exceção da rubrica de Trabalhos Especializados fruto de serviços efetuados no âmbito dos projetos de cooperação e que estavam por faturar já desde o ano anterior. Como é notório, tem havido um esforço por parte da Direção Técnica e da Administração do Monte em controlar/reduzir cada vez mais as despesas correntes, dentro das limitações possíveis. A intenção é para a continuidade desta política, estando a verificar-se também no corrente ano de 2018.

5.2.2 Gastos com Pessoal

No ano de 2017 os gastos com o pessoal diminuíram cerca de 95 mil euros, comparativamente ao ano de 2016, motivados pelo término de contratos de trabalho de alguns recursos humanos, quer na área da cooperação para o desenvolvimento, quer nas outras áreas de atuação do Monte.

5.2.3 Gastos de Depreciações e Amortizações

As Depreciações foram efetuadas de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro, pelo método das quotas constantes, no valor de 52.154,27€;

5.2.4 Outros Gastos e Perdas

Nesta rubrica estão contabilizados os gastos ocorridos com a conta 681 – Impostos (IMI, IUC e Taxas e direitos aduaneiros na GB) – 808,16€; 685 – Gastos e perdas com subsidiárias associadas e empreendimentos conjuntos no valor de 963,46€ e a conta 688 - Outros Gastos (Quotizações, participação em colóquios/feiras) no valor de 1.867,23€;

5.2.5 Imposto sobre o rendimento

Esta rubrica evidencia o valor a pagar de imposto sobre o rendimento apurado no exercício de 2017 e tal como explicado na Nota Introdutória, refere-se a Tributações Autónomas motivadas pela aplicação da taxa legalmente estabelecida de 10% sobre as despesas de viaturas de passageiros e mistas e despesas de representação, totalizando 1.931,25€. Este valor deverá ser pago até 31 de maio de 2018.

6. Informações adicionais

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante o Estado (Finanças e Segurança Social) se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Por último a Direção Técnica do Monte propõe que o Resultado Líquido obtido no exercício seja aplicado em Resultados Transitados a fim de reforçar os capitais próprios da Entidade.

De acordo com as orientações para os Agrupamentos Complementares de Empresas, o lucro tributável apurado pelo Monte vai ser comunicado às 5 ADL's suas associadas a fim de estas imputarem 1/5 do mesmo à sua matéria coletável.